



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



GT 08:

CULTURA ALIMENTAR,
SOCIOBIODIVERSIDADE E SOBERANIA
E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: DESAFIOS À PESQUISA



Realização





1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



POLÍTICAS FRAGMENTADAS, TERRITÓRIOS INVISÍVEIS: DESAFIOS À TRANSVERSALIDADE NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL POTIGUAR

Aline Nalon Ribeiro Neves¹

Mariane Joyce Ferreira Saraiva²

Milena Nobre da Silva³

**GT 08: Cultura alimentar, sociobiodiversidade e Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional: desafios à pesquisa**

RESUMO

Este artigo analisa o uso dos indicadores do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) como ferramenta para a leitura e gestão de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no estado do Rio Grande do Norte. Parte da premissa de que os dados do SISVAN, ao permitirem o monitoramento do estado nutricional da população usuária de serviços públicos de saúde, são estratégicos para a formulação e avaliação de políticas públicas integradas. O artigo destaca os desafios enfrentados no estado, como a baixa cobertura dos dados, as divergências territoriais nos recortes adotados pelas políticas setoriais e a

¹ Tecnóloga em Gestão Pública pela Universidade Santo Amaro, Especialista em Direitos Humanos e lutas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Mestranda do Programa de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora de Estudos, pesquisa e Inovação da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte, aline.nalon.071@ufrn.edu.br.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora Bolsista pela FUNCITERN na Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte. mariane.joyce08@hotmail.com.

³ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de ciências Sociais, estagiária da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte, milena.nobre.706@ufrn.edu.br.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



ausência de articulação intersetorial efetiva, comprometendo a promoção da justiça social e alimentar nos Territórios da Cidadania e demais regiões do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: SISVAN. Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Intersetorialidade. Rio Grande do Norte. Justiça Social.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída no Brasil pela Lei nº 11.346/2006, representa um marco fundamental na consolidação do direito humano à alimentação adequada, assegurado como responsabilidade do Estado. Sua diretriz principal é a construção de um sistema intersetorial e participativo de políticas públicas que promovam o acesso universal e sustentável à alimentação saudável, adequada e culturalmente referenciada. No contexto brasileiro, especialmente nas regiões marcadas por vulnerabilidades sociais e desigualdades territoriais, como o Semiárido nordestino, a efetivação dessa política exige não apenas ações articuladas, mas também instrumentos capazes de diagnosticar com precisão os fatores que condicionam a insegurança alimentar.

Nesse sentido, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) constitui-se como um instrumento estratégico do Sistema Único de Saúde (SUS), destinado ao monitoramento do estado nutricional e do consumo alimentar da população atendida na Atenção Primária à Saúde. Seus objetivos incluem subsidiar o planejamento e a avaliação das ações de saúde e nutrição, contribuindo para a formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir da coleta de dados antropométricos e de consumo alimentar, o SISVAN permite a geração de indicadores fundamentais para a leitura das desigualdades sociais e territoriais, sobretudo quando associados a



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



informações sobre os públicos prioritários das políticas sociais, como beneficiários do Cadastro Único (Ministério da Saúde, 2025).

Apesar de seu potencial, o SISVAN enfrenta importantes desafios em sua operacionalização nos municípios brasileiros. Entre os principais entraves estão a baixa cobertura populacional, a incompletude e inconsistência dos dados registrados, bem como a falta de integração com sistemas e políticas de outras áreas, como a assistência social e a educação. Essas limitações tornam o sistema subutilizado como ferramenta de planejamento intersetorial, especialmente nos territórios rurais, onde os desafios estruturais dificultam a territorialização das políticas públicas. Soma-se a isso a desarticulação entre os recortes territoriais utilizados pelas diferentes políticas setoriais, o que compromete a capacidade de atuação integrada e efetiva das ações de SAN.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o uso dos indicadores do SISVAN no Rio Grande do Norte como instrumento de leitura e gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando os desafios da cobertura de dados, das divergências territoriais e da ausência de articulação intersetorial para a promoção da justiça social e alimentar.

Definimos os seguintes objetivos específicos: analisar as lacunas na cobertura e preenchimento dos dados do SISVAN nos municípios do RN, considerando os recortes territoriais adotados pelas políticas de assistência social, saúde e educação, com ênfase nos Territórios da Cidadania da SETHAS; discutir as implicações dessas divergências para a gestão integrada e territorializada da política de SAN; e analisar os impactos da ausência de dados e de leitura intersetorial na efetivação da justiça social e alimentar no Rio Grande do Norte. Com isso, o artigo pretende contribuir para o aprimoramento do uso dos dados produzidos pelo SISVAN como ferramenta de diagnóstico territorial, bem como para a discussão sobre a necessidade de articulação entre



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



as políticas públicas como condição para garantir justiça social, alimentar e territorial no estado.

DESENVOLVIMENTO

Cobertura e preenchimento do SISVAN: desafios territoriais e implicações para a SAN

A análise da cobertura e do preenchimento dos dados do SISVAN nos municípios do Rio Grande do Norte constitui uma etapa fundamental para compreender os limites e as potencialidades da informação em saúde como ferramenta de gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O SISVAN, ao reunir indicadores nutricionais e dados sobre o consumo alimentar de grupos prioritários, representa uma das principais fontes oficiais para identificar situações de insegurança alimentar e nutricional em nível local. No entanto, sua efetividade depende diretamente da regularidade, da abrangência e da completude dos registros efetuados pelos municípios.

A relevância desse diagnóstico se amplia ao ser articulado aos recortes territoriais utilizados pelas políticas de assistência social, saúde e educação. A coexistência de diferentes formas de organização territorial — como os Territórios da Cidadania adotados pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), as Regiões de Saúde e as Diretorias Regionais de Educação — introduz desafios adicionais à produção, ao cruzamento e à interpretação dos dados. Assim, ao considerar tais recortes, a análise também busca refletir sobre a fragmentação institucional e suas implicações para a gestão integrada da SAN.

A seguir, apresenta-se um quadro comparativo entre os modelos de recorte territorial utilizados pelas principais políticas públicas no estado do Rio Grande do Norte:

Quadro I - Modelos de Recorte Territorial nas Políticas Públicas do RN



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Política Pública	Recorte Territorial Utilizado	Organização
Assistência Social	Territórios da Cidadania	10 Territórios
Saúde	Regiões de Saúde	07 Unidades Regionais de Saúde - URSs
Educação	Diretorias Regionais de Educação (DIREC)	16 Diretorias Regionais de Ensino e Cultura - DIRECs

Fonte: Sites Governo do Estado. 2025.

A sobreposição e falta de alinhamento entre os modelos de organização territorial dificultam a atuação intersetorial e a governança unificada da política de SAN.

A análise dos dados extraídos do SISVAN para o ano de 2025, com foco nos municípios do Rio Grande do Norte, evidencia um cenário de fragilidade na cobertura e na completude das informações relativas tanto ao consumo alimentar quanto ao estado nutricional da população. A sistematização foi realizada a partir de dois conjuntos principais: os dados de consumo alimentar e os dados de estado nutricional, com recorte por Território da Cidadania, considerando as divisões institucionais adotadas pela SETHAS.

No que se refere aos dados de consumo alimentar, embora a maioria dos municípios tenha apresentado algum nível de preenchimento, observa-se um padrão recorrente de incompletude e ausência total de respostas em determinados indicadores. O Território Agreste Litoral Sul, por exemplo, apresentou resposta de todos os seus 24 municípios, porém com registros incompletos em diversos indicadores.

Já no Território Alto Oeste, dos 30 municípios, cinco não apresentaram qualquer dado para um conjunto significativo de categorias alimentares, como “três refeições diárias”, “hábito de assistir TV durante as refeições”, consumo de “hambúrguer/embutidos”, “feijão”, “alimentos ultraprocessados”, “frutas”, “doces e guloseimas”, “macarrão instantâneo” e “salgadinhos”. Os



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



municípios que não responderam a essas categorias foram: Encanto, Viçosa, Coronel João Pessoa, José da Penha e Lucrécia. Situação semelhante foi observada em outros territórios. No Território Assu/Mossoró, o município de Serra do Mel não respondeu a nenhuma das categorias alimentares citadas. No Território Mato Grande, dois municípios – Jardim de Angicos e São Bento do Norte – também apresentaram ausência total de respostas. No Potengi, o município de São Pedro exibiu o mesmo padrão. Já no Território Seridó, os municípios de Bodó e Ouro Branco não apresentaram registros, assim como Paraú, no Sertão do Apodi. Em contraste, os territórios Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Terras Potiguaras e Trairí tiveram todos os municípios respondentes, ainda que com algum grau de incompletude.

Chama atenção a situação crítica da planilha de consumo de bebidas adoçadas, cuja cobertura é extremamente limitada: apenas cinco municípios em todo o estado preencheram corretamente essa categoria: Natal, Patu, Porto do Mangue, Rafael Fernandes e Santa Cruz, revelando uma subutilização do sistema em um dado altamente relevante para a vigilância alimentar.

Em relação ao estado nutricional, os dados demonstram outro conjunto de fragilidades. Embora todos os municípios tenham apresentado algum preenchimento quanto à pesagem por fases da vida e por sexo, há incompletude generalizada nessas informações. Mais grave, porém, é a total ausência de dados relacionados à pesagem de povos e comunidades tradicionais, nenhum município do Rio Grande do Norte registrou informações sobre esse grupo, o que demonstra um apagamento sistemático dessas populações nas ferramentas de vigilância alimentar.

No recorte de raça e etnia, a situação é semelhante: embora alguns municípios tenham registrado dados sobre indígenas – como Baía Formosa, Canguaretama e Montanhas (Agreste Litoral Sul); Assu (Assu/Mossoró); Jardim de Angicos e João Câmara (Mato Grande); Santa Maria (Potengi); Guamaré



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



(Sertão Central Cabugi e Litoral Norte); além de Macaíba, Natal e Parnamirim (Terras Potiguaras) — todos apresentam incompletude significativa. Os registros mais frequentes concentram-se nas categorias “branca” e “parda”, sugerindo uma subnotificação de outras etnias e a consequente limitação do sistema para captar a diversidade racial existente no estado.

Essa leitura territorializada dos dados do SISVAN revela, portanto, uma realidade marcada por subutilização, desigualdade na coleta entre os municípios e silenciamento de grupos sociais específicos, como os povos e comunidades tradicionais e populações indígenas. As falhas de cobertura e preenchimento, quando associadas à fragmentação dos recortes territoriais entre as políticas públicas, dificultam ainda mais o planejamento intersetorial e a efetividade das ações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no estado. Evidencia-se, assim, a necessidade urgente de fortalecer a vigilância alimentar e nutricional como ferramenta pública, garantindo não apenas a ampliação da cobertura, mas também o compromisso institucional com o preenchimento qualificado e inclusivo dos dados em todo o território potiguar.

Fragmentação territorial e entraves à gestão intersetorial

A efetivação da Política de SAN no Brasil é marcada por contextos de vulnerabilidades sociais e territoriais, exigindo uma atuação governamental sustentada por princípios de equidade, territorialização e intersectorialidade. Como observam Moraes, Magalhães e Machado (2021), a intersectorialidade na política de SAN é uma estratégia fundamental para articular diferentes áreas do Estado e da sociedade civil em torno do direito humano à alimentação adequada. No entanto, sua implementação ainda enfrenta entraves estruturais, como a institucionalidade frágil, a descontinuidade das ações e a baixa participação de atores com poder decisório nas instâncias de coordenação.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Um dos reflexos mais evidentes desse cenário é a fragmentação territorial que permeia o planejamento e a execução das políticas públicas. A coexistência de múltiplos recortes administrativos, como apresentado no quadro 1, impõe barreiras concretas à gestão intersetorial e ao planejamento integrado. Como destaca Rocha Neto e Borges (2011), a organização das políticas públicas no Brasil desenvolveu-se de forma setorializada e em arenas específicas, dificultando a constituição de estratégias integradas de enfrentamento às desigualdades territoriais.

Essas delimitações desarticuladas geram dificuldades práticas, como a duplicação ou omissão de ações, a sobreposição de diagnósticos e a ineficiência na alocação de recursos públicos. A ausência de um marco nacional de ordenamento territorial e a descontinuidade de iniciativas de planejamento regional agravam esse quadro, fazendo com que a política de SAN opere em contextos locais desiguais, sem referências unificadas ou estratégias consolidadas de articulação.

Esse contexto impacta diretamente os sistemas de informação e a produção de dados, fundamentais para o diagnóstico, o monitoramento e a avaliação das políticas de SAN. O SISVAN, principal ferramenta oficial de coleta de dados sobre o estado nutricional e o consumo alimentar da população atendida na Atenção Primária em Saúde, revela limitações significativas em termos de cobertura, completude e desagregação dos dados. Em diversos territórios do Rio Grande do Norte, observa-se a ausência total de registros em categorias essenciais, como o consumo de ultraprocessados ou a pesagem de povos e comunidades tradicionais, revelando a subutilização do sistema e a invisibilidade estatística de grupos sociais vulnerabilizados.

A fragmentação dos recortes territoriais entre as políticas setoriais torna ainda mais difícil o cruzamento de dados entre sistemas como o SISVAN, o Cadastro Único (CadÚnico) da assistência social e os registros educacionais,



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



comprometendo a produção de análises intersetoriais qualificadas. Na prática, essa desconexão entre territórios, sistemas e agendas inviabiliza o planejamento baseado em evidências e enfraquece o papel dos dados como instrumento de justiça social e alimentar.

Além disso, a escassez de dados desagregados por raça, etnia, território e ciclo de vida compromete a capacidade das pesquisas de captar as múltiplas dimensões da insegurança alimentar. As lacunas de informação sobre povos indígenas, comunidades tradicionais e populações do campo, das águas e das florestas dificultam o reconhecimento da diversidade alimentar e sociocultural brasileira, invisibilizando demandas específicas e necessidades diferenciadas. Nesse sentido, os dados deixam de ser apenas instrumentos técnicos e passam a expressar relações de poder e desigualdade: o que não é medido, não é gerido e muitas vezes, não é reconhecido como sujeito de direito.

Mesmo esforços institucionais de governança, como os promovidos pela Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), enfrentam limites importantes. Embora a CAISAN tenha promovido a construção de instrumentos como o PLANSAN e a realização de comitês técnicos para articular ações entre ministérios, sua efetividade foi comprometida pela ausência de representantes com poder decisório e pela dificuldade de pactuar agendas comuns em temas sensíveis, como a regulação da indústria alimentícia ou o uso de agrotóxicos (Moraes et al., 2021).

Portanto, a fragmentação territorial e a fragilidade da coordenação intersectorial não são apenas obstáculos técnicos à gestão da política de SAN, mas refletem um descompasso mais profundo entre a complexidade dos problemas alimentares e nutricionais e os arranjos institucionais disponíveis para enfrentá-los. Superar esse descompasso exige o fortalecimento da capacidade estatal de produzir dados territorializados, inclusivos e integrados, bem como o compromisso político com um modelo de desenvolvimento que



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



valorize a diversidade alimentar, respeite os modos de vida tradicionais e promova justiça social e territorial.

Implicações para a justiça alimentar e invisibilidades estatísticas

Essa invisibilidade estatística alimenta uma lógica perversa de ausência de políticas: territórios e populações que não aparecem nos dados acabam sendo excluídos dos processos de planejamento e investimento público. Trata-se de um ciclo de exclusão que se retroalimenta, no qual os grupos em minoria e os atravessamentos interseccionais permanecem invisíveis, reforçando desigualdades historicamente consolidadas.

No atual contexto de emergência climática e agravamento das desigualdades, esse cenário representa uma séria ameaça à construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e inclusivos. A ausência de governança intersetorial e de um modelo territorial coerente com a realidade local evidencia não apenas falhas técnicas, mas sobretudo uma expressão de injustiça social e territorial promovida ou tolerada, pelo próprio Estado. A inação estatal, manifesta na desarticulação institucional, perpetua a vulnerabilidade das populações rurais, em especial nos territórios do Semiárido potiguar.

Portanto, superar essas barreiras requer não apenas o fortalecimento técnico-operacional de instrumentos como o SISVAN, mas também uma revisão crítica dos modelos de gestão territorial adotados pelas políticas públicas. É fundamental avançar na construção de arranjos institucionais que promovam a harmonização dos recortes territoriais, bem como a criação de instâncias regionais de articulação intersetorial para a política de SAN. Somente por meio de uma gestão pública que reconheça a complexidade dos territórios e promova a transversalidade das ações será possível enfrentar os desafios da insegurança



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



alimentar e promover justiça social e alimentar no estado do Rio Grande do Norte.

Desafios da pesquisa em SAN nos territórios rurais: entre a fragmentação dos dados e a invisibilidade territorial

A pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enfrenta sérios desafios para produzir diagnósticos situados nos territórios rurais. A ausência de um sistema unificado de informações e a falta de interoperabilidade entre bases de dados inviabilizam análises integradas que contemplem a complexidade desses contextos. A territorialidade, fundamental para compreender desigualdades e formular políticas públicas, ainda é subvalorizada nas estratégias de pesquisa e vigilância alimentar.

Essa lacuna compromete intervenções sensíveis à realidade sociocultural, ecológica e produtiva dos territórios. A carência de metodologias que integrem fatores determinantes da SAN - como acesso à terra, água, serviços públicos e redes de comercialização - dificulta soluções sistêmicas. É urgente adotar abordagens intersetoriais, valorizando saberes locais, inteligência territorial e sistemas alimentares tradicionais como fontes legítimas de dados e inovação social.

A efetivação da justiça social e alimentar depende da formulação de políticas públicas baseadas em evidências e articulação entre setores estatais, capazes de responder às múltiplas dimensões da insegurança alimentar (ISAN). No Rio Grande do Norte, a fragilidade na produção, cobertura e uso integrado de dados - especialmente do SISVAN, analisado neste trabalho - é um dos principais entraves para essa efetivação.

A ausência ou subutilização de dados fornecidos pelos municípios prejudica o diagnóstico de populações vulneráveis, mantendo invisíveis nos registros oficiais grupos historicamente excluídos - como indígenas,



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



quilombolas, trabalhadores informais, populações periféricas e rurais. Isso resulta em ações públicas genéricas, descontextualizadas ou inexistentes, que ignoram necessidades reais.

A falta de leitura intersetorial agrava o problema. A complexidade da política de SAN exige integração entre setores como saúde, agricultura, educação e assistência social. Quando atuam de forma isolada, com bases próprias e recortes distintos, há sobreposição de esforços em algumas áreas e lacunas em outras, gerando ineficiência, desperdício de recursos e a não garantia de direitos fundamentais - como o acesso regular e adequado a alimentos saudáveis (FAO, 1995).

Nos territórios de cidadania com alta vulnerabilidade socioeconômica, a inexistência de dados articulados impede a identificação de determinantes estruturais da insegurança alimentar - como falta de saneamento, moradia precária, ausência de renda e serviços públicos. Sem essa leitura integral, as políticas se limitam a tratar consequências (fome, sobrepeso, má nutrição), e não causas.

Por fim, ignorar especificidades culturais, territoriais e socioeconômicas compromete a justiça alimentar, que requer sensibilidade às diversidades locais e formas de exclusão. Superar a fragmentação e ausência de dados é condição essencial para construir políticas públicas de SAN que promovam efetivamente justiça social e alimentar no Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados do SISVAN no estado do Rio Grande do Norte revelou não apenas lacunas operacionais na coleta e registro das informações, mas também limitações estruturais e políticas que dificultam a efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A baixa cobertura, a incompletude dos dados e a ausência de informações sobre povos e



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



comunidades tradicionais demonstram que o sistema ainda não contempla a diversidade da população potiguar nem permite uma leitura abrangente das desigualdades alimentares.

Além disso, a coexistência de diferentes recortes territoriais entre as políticas públicas — como os Territórios da Cidadania, as Regiões de Saúde e as Diretorias Regionais de Educação — impõe barreiras significativas à governança intersetorial e ao planejamento integrado. A falta de interoperabilidade entre os sistemas de informação das áreas de saúde, assistência social e educação compromete a capacidade do Estado de responder de forma efetiva às múltiplas dimensões da insegurança alimentar.

Nesse contexto, a invisibilidade estatística de certos grupos e territórios alimenta um ciclo de exclusão social, no qual a ausência de dados resulta na ausência de políticas públicas, perpetuando desigualdades históricas. Superar esse ciclo requer não apenas o aprimoramento técnico-operacional do SISVAN, mas também uma reconfiguração dos modelos de gestão territorial adotados pelas políticas públicas.

É fundamental que o Estado assuma um compromisso institucional com a produção de dados qualificados, desagregados e inclusivos, que contemplem a diversidade de grupos sociais e territoriais. Da mesma forma, é urgente avançar na construção de arranjos intersetoriais que possibilitem a harmonização dos recortes territoriais e a articulação entre as diferentes áreas do governo. Somente com uma governança pública sensível aos territórios e comprometida com a justiça social e alimentar será possível enfrentar os desafios estruturais que marcam a realidade do Semiárido potiguar e garantir o direito humano à alimentação adequada de forma universal, sustentável e culturalmente referenciada.

REFERÊNCIAS



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 15 set.2006; 185º da Independência e 118º da República.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Ministério da Saúde. Brasília, 2025. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em: 10 mai.2025.

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). A trajetória da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 575-589, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZyJHPXzHkfrFVsQWH4tt8pN/>. Acesso em: 10 mai.2025.

ROCHA NETO, Álvaro Ferreira da Borges, Maria Cristina M. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. Revista de Administração Pública - RAP, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1639-1654, nov./dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600002>. Acesso em: 09 maio 2025.

CROPLIFE BRASIL. O que é segurança alimentar? 24 abr. 2023. Disponível em: <https://croplifebrasil.org/seguranca-alimentar/>. Acesso em: 12 maio 2025.